



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro
 CEP: 13560-290 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0019112-28.2008.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **João Bosco Passarelli**
 Embargado: **Fazenda Publica Municipal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução opostos por **JOÃO BOSCO PASSARELI** contra a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**. Alega que nulidade processual por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular; que a executada faleceu antes do ajuizamento da ação; nulidade de citação por edital e ocorrência de prescrição.

A embargada apresentou impugnação a fls. 72. Aduziu, preliminarmente, inépcia da inicial. No mérito, alegou inexistência de nulidade das CDAs; que se deixou de cumprir obrigação acessória ao não se comunicar o óbito; inocorrência de nulidade da citação editalícia; não ocorrência de prescrição e existência de solidariedade passiva.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

A inicial não é inepta. O valor da causa foi atribuído a fls. 02.

Os embargos merecem acolhimento.

É fato incontroverso que a primitiva executada faleceu em 04/09/2001 (fls. 09), portanto, bem antes do ajuizamento da ação, não havendo que se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

falar em redirecionamento da execução, sendo irrelevante o fato de a ação de usucapião sobre o imóvel em questão ter sido julgada procedente.

Ressalte-se, por outro lado, que eventual descumprimento de obrigação acessória pode gerar, em tese, a imputação de penalidade e não a consequência pretendida pela embargada.

Assim, a exequente/embargada não tomou as providências necessárias ao acerto de seu crédito, para atribuir-lhe liquidez e certeza, conforme preceitua o art. 202 do CTN.

Nesta senda, a CDA que embasou a presente execução é nula, posto que não haja se cogitar da certeza, liquidez e exigibilidade do crédito tributário, uma vez que o lançamento do tributo foi efetuado em nome do antigo proprietário e não do espólio ou herdeiros.

Estabelece a Súmula 392 do STJ: “A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução”.

Antes de proceder à inscrição, a embargada deveria pesquisar quem, concretamente, se achava vinculado ao título.

Nesse diapasão, de rigor anotar que a despeito da possibilidade de modificação para emenda ou substituição da certidão de dívida ativa pela Fazenda Pública, é vedada, todavia, a alteração do sujeito passivo da execução fiscal e, nesta situação, o C. STJ posicionou-se no sentido de que a hipótese leva à extinção do processo, valendo transcrever a ementa como segue:

“*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA CONTRA DEVEDOR JÁ FALECIDO. CARÊNCIA DE AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ALTERAÇÃO DO PÓLO PASSIVO DA EXECUÇÃO PARA CONSTAR O ESPÓLIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 392/STJ. 1. O exercício do direito de ação pressupõe o preenchimento de determinadas condições, quais sejam: a) a possibilidade jurídica do pedido; b) o interesse de agir; e c) a legitimidade das partes. No caso em análise, não foi preenchido o requisito da legitimidade passiva, uma vez que a ação executiva foi ajuizada contra o devedor,*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

quando deveria ter sido ajuizada em face do espólio. Dessa forma, não há que se falar em substituição da Certidão de Dívida Ativa, haja vista a carência de ação que implica a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. O redirecionamento pressupõe que o ajuizamento tenha sido feito corretamente. 2. Mesmo quando já estabilizada a relação processual pela citação válida do devedor, o que não é o caso dos autos, a jurisprudência desta Corte entende que a alteração do título executivo para modificar o sujeito passivo da execução não encontrando amparo na Lei 6.830/80. Sobre o tema, foi editado recentemente o Enunciado n. 392/STJ, o qual dispõe que "A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução". 3. Naturalmente, sendo o espólio responsável tributário na forma do art. 131, III, do CTN, a demanda originalmente ajuizada contra o devedor com citação válida pode a ele ser redirecionada quando a morte ocorre no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos onde a morte precedeu a execução. 4. Recurso especial não provido" - (REsp 1222561/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª T, j. em 26.04.2011).

Diante do quadro que se apresenta, com impossibilidade de substituição do polo passivo da Certidão de Dívida Ativa, tem-se que na hipótese vertente a CDA não reúne os requisitos hábeis, sendo dotada de vícios que maculam a execução fiscal, vez não preencher todos os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2º, §§5º e 6º, da Lei 6.830/80. Ademais, o lançamento tributário também careceria de modificação (art. 142, do citado CTN).

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 40, eis que equivocada, pois se trata de matéria de ordem pública, que pode ser conhecida a qualquer tempo.

Sendo assim, julgo PROCEDENTE o pedido objeto dos embargos e determino a extinção da execução, em vista a ilegitimidade passiva constatada. Após o trânsito em julgado, determino o arquivamento dos autos, com as cautelas de praxe.

Condeno a embargada ao pagamento de custas e despesas

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

processuais, bem como dos honorários advocatícios que arbitro em R\$ 700,00 (setecentos reais), nos termos do artigo 20, §4º, do CPC.

P R Int.

São Carlos, 09 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**